
ANÁLISE E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NAS RUAS PERNAMBUCO E PADRE EUSTÁQUIO

Flávio Agostini*

APRESENTAÇÃO

O trabalho de análise e intervenção nas ruas Padre Eustáquio e Pernambuco foi desenvolvido durante dois *workshops*, com a duração de dois dias cada um, abrangendo os conteúdos das disciplinas Utopias negativas, A Cidade e a reestruturação mundial contemporânea, Investigações avançadas em computação gráfica e Memória e civilização : o edifício e a cidade como espelhos da sociedade.

Tratando-se de uma atividade de rápida realização, o exercício não se baseou em investigações e pesquisas aprofundadas sobre os dois locais e nem no estudo de propostas que eventualmente possam existir para as respectivas áreas. Basicamente, foram realizadas algumas visitas para observação em campo, durante o período de uma semana, além da consulta a parte do material de duas dissertações de mestrado que abordam como tema os bairros onde se localizam as ruas — *O Espaço infiel — Quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade de Alicia Duarte*, e *Perspectivas do planejamento urbano contemporâneo — Reflexões a partir do caso de Belo Horizonte*, de Jeanne Marie Freitas. Buscou-se, assim, o desenvolvimento de propostas a partir de uma percepção inicial das particularidades de cada lugar e das discussões desenvolvidas em cada disciplina.

INTRODUÇÃO

Definida por Marilena Chauí como “socialmente autoritária e politicamente conservadora, acentuando a divisão social e todas as formas de discriminação”

* Arquiteto formado pelas Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix (1996), Especialista em Arquitetura Contemporânea pelo IEC (1999), mestrando na Escola de Arquitetura da UFMG.

(Chauí, 1994, p.45), a metrópole brasileira contemporânea desenvolve-se a partir de uma série de conflitos e tensões, em um contexto cada vez mais fragmentado e distante da idéia de um “todo orgânico e articulado. (Sevcenko, 1994, p.58)

Em Belo Horizonte — cidade planejada — as mesmas formas de exclusão denunciadas por Chauí não só definem a conformação do espaço urbano, como também explicitam a impossibilidade de um reatamento entre “cidade ideal” e “cidade real” (Argan, 1992, p.71). Conflitante e diverso, o estendido tecido urbano da capital apresenta-se, antes de mais nada, como uma manifestação dessa “cidade real”, onde a lógica do mercado especulativo se sobrepôs a um planejamento que garantisse a democratização do urbano.

Dentro dessa realidade, a proposta deste trabalho — análise e levantamento de possibilidades de intervenção nas ruas Padre Eustáquio e Pernambuco — só se faz possível ao inserirmos nossos objetos de estudo no contexto mais amplo do processo de formação da cidade e das transformações em curso nas metrópoles contemporâneas. Somente assim estaremos aptos a apontar caminhos de atuação em uma cidade cada vez mais distante daquela pensada por Aarão Reis.

Nossas análises e propostas serão desenvolvidas em três itens. São eles:

- análise das ruas, dentro do contexto da formação da cidade de Belo Horizonte;
- análise de transformações em curso nas metrópoles contemporâneas, identificando alguns critérios de intervenção urbana;
- levantamento de particularidades e possibilidades de intervenção nas duas ruas.

Processo histórico

Situadas em áreas contrastantes dentro do tecido urbano de Belo Horizonte, as ruas Pernambuco e Padre Eustáquio são um claro exemplo do caráter hierarquizante e excludente que acompanha a ocupação de Belo Horizonte desde o seu primeiro momento.

A primeira, implantada na denominada Zona Urbana, já nasce em um contexto privilegiado — completa infra-estrutura, valorização de espaços públicos e um “meticuloso traçado ortogonal de ruas e avenidas” (Costa, 1994, p.52). Símbolo da “cidade moderna, higiênica, saudável e prazerosa” (id., p.50), essa área sofrerá desde o seu surgimento as conseqüências da lógica de mercado — elevados preços dos lotes, alvos até de leilões públicos, e retenção de vazios para especulação. Como resultado, delinea-se o quadro de uma região onde o aces-

so à terra se torna restrito, existindo uma enorme infra-estrutura para um pequeno adensamento.

Em contrapartida, a segunda rua, parte integrante da Zona Suburbana, vive, desde sua origem, o processo oposto: excluídos das áreas centrais, aqueles que “insistiam em habitar Belo Horizonte” (id., p.53) passam a ocupar sua periferia, invertendo a lógica do planejamento inicial — crescimento a partir do centro. Conformam-se assim um quadro contrário ao da Zona Urbana — aqui as casas chegam antes de uma infra-estrutura satisfatória.

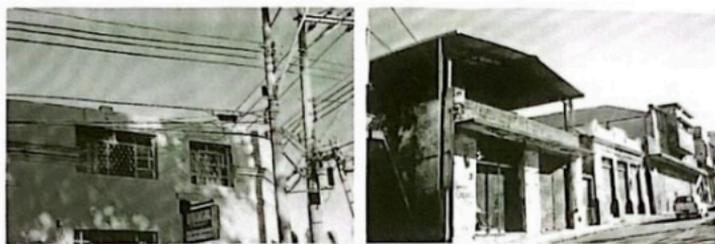
Rua Padre Eustáquio

Na Rua Padre Eustáquio, o processo de ocupação anteriormente descrito vai resultar em uma apropriação do espaço totalmente diversa daquela da Zona Urbana. Primeiramente, a situação de marginalidade em relação ao “centro obrigatório da cidade” (id., p.50) tem como consequência a inexistência do dever de manutenção de um *status* semelhante ao da área planejada. Tal fator, aliado à precariedade das condições de moradia e serviços, contribui para uma apropriação mais livre do espaço físico.

Mais do que uma vivência estética da cidade, o que se observa aqui é uma valorização do uso, de acordo com a necessidade presente e as possibilidades oferecidas. Daí a grande capacidade de intervenção e modificação do espaço construído sem que haja necessariamente uma tentativa de conciliação com aspectos estéticos (estes mais vinculados à idéia de manutenção de um *status*). Andando pela rua, podemos perceber claramente esta capacidade de apropriação manifestar-se de várias formas — puxados, janelas que se abrem entrecortando cimbalhas, placas de propaganda, letreiros que escondem fachadas, etc.

Tamanha recusa a um preciosismo estético não significa, entretanto, falta de um sentimento de apego ao lugar ou mesmo aos seus edifícios. A resistência dos moradores à idéia de verticalização, há muito estimulada pela legislação (Freitas, 1996), e sua permanência no local demonstram o oposto — uma superação do valor de uso sobre o de troca, em um processo semelhante ao descrito por Milton Santos:

A cidade atrai e guarda pessoas com os mais diferentes níveis de renda, e a modernidade não é extensível a todas. Os pobres são guardiães da cultura exatamente porque não têm acesso à modernidade, às modas; eles são muito ligados ao que há de profundo, o que surge da relação íntima com o território. (Santos, 1994, p.67)

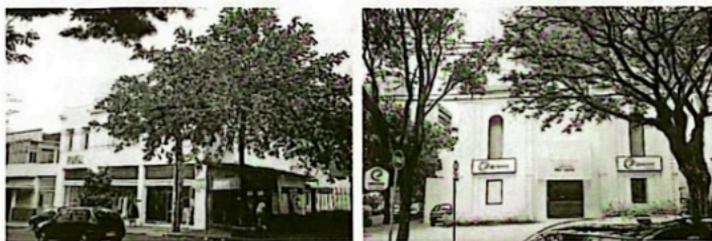


Rua Pernambuco

Se o processo de ocupação da Rua Pernambuco ocorreu de forma inversa ao da Rua Padre Eustáquio, o mesmo pode ser dito em relação à conseqüente forma de vivenciamento do espaço. Aqui, este vem atrelado a um *status* de sofisticação e modernidade, o que implica uma natural valorização da imagem.

Assim, podemos dizer que, mesmo com todas as mudanças ocorridas na rua ao longo de sua história, a apropriação de seus espaços e edifícios sempre foi permeada por uma vivência estética do urbano. As intervenções no espaço construído ocorrem, também, sempre que necessário, mas de forma diferenciada. São, na sua grande maioria, tentativas de conciliação entre as novas demandas e a aparência dos edifícios. Andando pela rua notamos um cenário totalmente diverso daquele da Rua Padre Eustáquio — placas e vitrines colocados de forma a não comprometer a percepção das fachadas, ampliações e modificações que visam harmonizar-se com o conjunto de edificações etc.

Trata-se, portanto, de uma situação particular em que o valor de uso se vincula à manutenção de uma posição privilegiada na estrutura hierarquizada da cidade.



Crítérios para intervenção

Realizada essa primeira aproximação com nossos objetos de estudo, consideramos válida uma transposição dessa análise para a discussão das principais mo-

dificações que vêm conformando as metrópoles contemporâneas. Somente a partir delas é que poderemos identificar caminhos possíveis para uma intervenção no atual contexto urbano.

Inicialmente, enfatizamos a conhecida afirmação de que a cidade passou por um processo de “explosão” (Lefèbvre, 1969). Atualmente, seja em função das novas espacializações impostas pela “economia da produção flexível” (Monte-Mór, 1996), seja pela revolução tecnológica e informacional, o fato é que, cada vez mais, torna-se impreciso o limite em que se inscreve o tecido urbano. Mais do que nunca, o antigo modelo de cidade, caracterizado pela existência de um núcleo onde se desenvolvem as principais atividades de cidadania, submerge frente à fragmentação de uma estendida periferia que já não pode ser animada por um único centro. Coloca-se assim em xeque o próprio conceito de cidade:

O ponto nevrálgico da questão é o efeito que a tecnologia tem sobre a cidade, porque de fato a tecnologia tende a uma característica cada vez mais despacializada e destemporalizada. Naquilo em que se pode estabelecer contato, se houver equipamentos adequados, isso significa que se pode fazê-lo em qualquer parte do planeta simultaneamente; e, se é possível existir nesse grau de simultaneidade, não se está necessariamente preso a nenhuma contextura temporal específica (...) Esta situação posta pela tecnologia provoca a herança concreta das grandes cidades, que ela simplesmente relegou ao lixo da obsolescência. (Sevcenko, 1994, p. 53)

Diante desse panorama de fragmentação e despacialização, nada mais urgente do que questionarmos o sentido tradicional da rua. Antes vivenciada como o local do encontro e da “festa”, ela agora já não detém a exclusividade desse papel. De fato, os incessantes investimentos em *shoppings*, condomínios fechados, além da proliferação de centros culturais e museus, testemunham um momento de abandono da idéia de espaço público e uma crescente valorização do privado:

Assim, a forma das grandes metrópoles — onde as praças se transformaram em simples pontos de passagem e as ruas, lugares suportes de fluxo de circulação para os conjuntos verticais — constitui, como ficou dito acima, a ilustração mais eloqüente das novas relações entre o público e o privado. Como observou Sennet, o espaço público tornou-se um derivado do movimento. (Arantes, 1995, p.114)

Importante ainda ressaltar que esse deslocamento de convívio do público para o privado se realiza na maioria das vezes, sob a lógica do espaço capitalista, delimitado pelas mudanças e imposições de mercado. Não surpreendentemente, a

maioria desses novos pólos de atração coletiva apresenta-se sistematicamente homogeneizada, atendendo a um mesmo padrão de assepsia e celebração do consumo.

Delineado esse quadro das grandes metrópoles — explosão, fragmentação e declínio do espaço público — cabe agora discutir o caráter de uma intervenção urbana, mesmo que pontual, em um contexto semelhante ao acima descrito, como é o caso de Belo Horizonte.

Seguindo a afirmação inicial de Marilena Chauí a respeito do caráter eminentemente excludente das metrópoles, e confrontando-a com a realidade do tecido urbano estendido e fragmentado, iniciamos esta discussão com o questionamento acerca da possibilidade e da pertinência da preservação da idéia de ‘cidade clássica’, em detrimento da nova realidade, ainda a ser explorada, de gigantescas periferias que se estendem quase indefinidamente.

Nesse sentido, questionamos a própria essência de diversos processos de revitalização, cujas propostas acabam se transformando em tentativas de uma “reconciliação forçada”, ou, em verdadeiros “teatros da memória”. Frente à realidade de uma sociedade de consumo globalizado, a história pode transformar-se, ela mesma, em um bem de consumo:

In spite of its absence, history is the major preoccupation, even industry, of the generic city. On the liberated grounds, around the restored hovels, still more hotels are constructed to receive additional tourists in direct proportion to the erasure of the past... Here tourists congregate in droves around a cluster of stalls, Hordes of ‘hawkers’ try to sell them ‘unique’ aspects of the city. (Koolhaas, 1995, p.1256)

Passamos agora a propor uma reaproximação com nossos objetos de estudo. Assumimos o fato de que o conceito tradicional de cidade deu lugar ao de um imenso emaranhado urbano, e que tanto o seu meio físico quanto o cultural e tecnológico nos conduzem a novas posturas, diversas da idéia de um planejamento global ou revivalista. Optamos, nesse sentido, por defender a idéia de que hoje qualquer intervenção deve procurar não uma estruturação genérica e idealizada da cidade, mas sim o oposto: partindo de realidades fragmentadas e muitas vezes distantes de um planejamento que se mostra ineficaz, buscamos levantar as particularidades que oferece cada local, mesmo quando conflitantes e perversas, e, a partir delas, explorar novas possibilidades:

Since the urban is now pervasive, urbanism will never again be about the “new”, only about the “more” and the “modified”. It will not be about the civilized, but about underdevelopment. Since it is out of control, the urban

is about to become a major vector of the imagination. Redefined, urbanism will not only, or mostly, be a profession, but a way of thinking, an ideology: to accept what exists. We were making sand castles. Now we swim in the sea that swept them away. (Koolhaas, 1995, p.969.)

Proposta de intervenção para a Rua Padre Eustáquio

Dentre todas as singularidades que podemos ressaltar na Rua Padre Eustáquio, tomaremos aquela que consideramos a mais marcante — a falta de espaço. Fruto do já referido conflito entre adensamento e falta de um planejamento adequado, a crescente demanda por acessibilidade de toda a região acabou por transformar a antiga rua em via. De forma avassaladora, carros e ônibus circulam em um tráfego intenso e rápido, em uma rua estreita na qual o pedestre já não encontra qualquer proteção nas calçadas, que têm cerca de meio metro de largura.

Analisando não só o perigoso grau de exposição de pedestres aos veículos, mas também o alto estágio de degradação ambiental decorrente da descarga incessante de resíduos tóxicos pelos automóveis e ônibus, optamos por pautar nossa intervenção em uma constatação óbvia, mas nem por isso fácil: a da impossibilidade de reconciliação entre rua e via. Uma tentativa nesse sentido dificilmente fugiria, na nossa opinião, de um arremedo do que foi a antiga Rua Padre Eustáquio.



Dessa maneira, pensamos no desenvolvimento de outras formas de apropriação desse espaço, baseada em dois princípios:

- a aceitação do caráter de 'via', e não mais de 'rua';
- a exploração da anteriormente descrita capacidade de intervenção e modificação do espaço físico por parte de seus moradores, propondo a expansão dessa capacidade para o próprio tecido urbano.

Basicamente, a idéia consiste na transferência do fluxo de pedestres para o fundo dos quintais das casas, separando-o do fluxo de automóveis na via. Tal transposição seria acompanhada por um rebatimento dos acessos dos edifícios, vol-

tando-os também para as novas vias internas. Assim, “de costas” para a via, o bairro se manteria vivo em sua interioridade, não mais se expondo de forma descabida ao trânsito, cuja intensidade não é resultado de deslocamentos apenas do bairro, mas de toda uma região da metrópole.

Seriam ainda estabelecidos pontos de transposição da via, aproveitando a existência de pequenos largos, praças, além das poucas faixas de pedestres existentes. Nesses pontos seriam também instalados pontos de ônibus e mobiliários urbanos que se fizessem necessários. As antigas fachadas frontais e calçadas seriam apropriadas de acordo com o interesse de cada um — suportes para letreiros, panos cegos, canteiros para plantio de árvores, etc.

É também importante salientar que a proposta de ruas internas não constitui algo totalmente inédito no local, mas sim uma potencialização do que lá ocorre. Andando pela rua, notamos a existência de vários becos e mesmo de algumas vias de pedestres. Da mesma forma, muitas casas já se fecham para o trânsito intenso, vedando com alvenarias ou placas seus vãos de janelas e portas nas fachadas frontais.



Como conclusão, devemos ressaltar o fato de que a proposta não se baseia em um projeto pautado por soluções técnicas elaboradas e distantes da realidade dos moradores locais. Pelo contrário, está vinculada a uma negociação interna entre espaços públicos e privados. O desenho das novas calçadas seguiria, assim, o perfil dessa negociação — no lugar de uma linha reta, uma linha de traçado irregular, abrindo-se ou estreitando-se de acordo com o espaço disponível, passando próximo das casas ou ao largo delas, no fundo dos quintais — adotando um caráter mutante e flexível.

Finalmente, não podemos deixar de afirmar que toda a proposta tem como base a idéia de intervenções que não representem um escamoteamento dos conflitos que estão a reger o espaço urbano. Se os problemas detectados na Rua Padre Eustáquio são consequência direta da perversidade com que a ocupação da cidade foi sendo direcionada, nada mais ineficaz do que tentar forjar soluções que a própria lógica da cidade quer destruir. Mais importante, a nosso ver, é

encontrar alternativas a partir dos conflitos, buscando possibilidades ainda latentes.

Proposta de intervenção para a Rua Pernambuco

Na Rua Pernambuco partiremos de uma realidade oposta à da Rua Padre Eustáquio. Se nesta última a falta de espaço representou nosso ponto de partida, aqui é o excesso de estrutura que norteará a proposta.

Até há algum tempo identificada como o centro de consumo refinado de Belo Horizonte, a região da Savassi enfrenta hoje um processo de esvaziamento desse *status*. Cada vez mais, a cidade se abre rumo a uma diversificação de possibilidades, em novas centralidades — *shoppings*, galerias, condomínios, etc. Como se não bastasse, são essas novas centralidades as portadoras de toda a imagem de modernidade da sociedade de consumo — interiorizadas, assépticas, longe do espaço perigoso e atribulado das ruas (Jaguaribe, 1998). Tal situação, que para muitos comerciantes da Savassi vem sendo tomada como um processo de decadência, pode, por outro lado, significar uma mudança positiva, de maior democratização do espaço e de uma apropriação mais intensa de áreas de uso coletivo.

A Rua Pernambuco, dentro desse contexto, apresenta algumas singularidades que podem não só estimular essas mudanças como também intensificá-las. Destaca-se, nesse sentido, a manutenção da horizontalidade do seu conjunto de edificações e o pequeno número de torres residenciais, trazendo duas implicações benéficas: a permanência de serviços e comércio ao longo da rua, proporcionando um caráter eminentemente público na utilização do espaço; e uma capacidade de acomodar diversas mudanças de usos e absorver diversas formas de apropriação de seus espaços, também em função de sua horizontalidade. Destacam-se, ainda, a generosidade das dimensões de passeios e esquinas propostos por Aarão Reis e alguns espaços hoje subutilizados — lotes vagos, estacionamentos, casas abandonadas e galerias comerciais vazias — que confirmam a idéia de um excesso de infra-estrutura e de *decadência*, mas que também podem abrigar novas propostas de utilização ainda inexistentes.

Propomos, dessa forma, uma intervenção nos vazios e espaços subutilizados da rua, buscando potencializar as situações que refletem uma nova condição urbana. Basicamente, a intervenção se efetuará em três níveis:

- lotes vagos — seriam aproveitados como áreas públicas onde intervenções paisagísticas conformariam diferentes condições de espacialização, gerando uma série de possibilidades de apropriação, em vez de formas tradicionais,

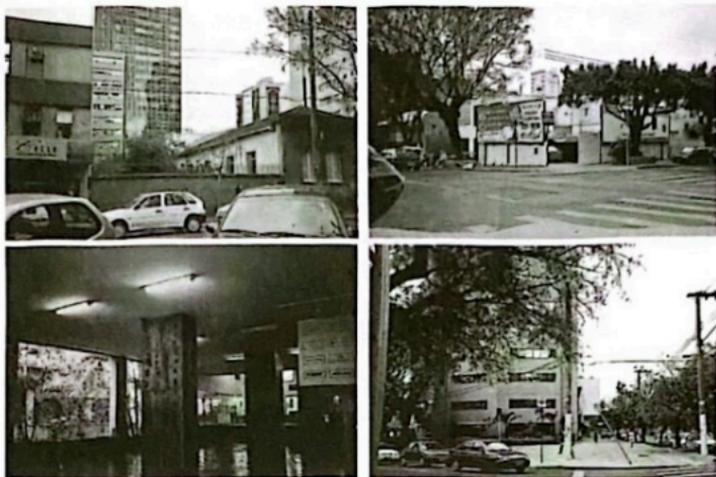
pouco flexíveis — bancos, jardins ou praças. Poderíamos ter, por exemplo, uma diferenciação entre áreas devassadas e áreas sombreadas ou escuras, áreas mais protegidas da visibilidade a partir da rua e áreas expostas, áreas planas e seguindo a topografia natural e outras de topografia irregular e artificial, áreas no nível da rua e áreas suspensas sobre edifícios (por exemplo, utilizando-se a laje de cobertura do antigo edifício Irmãos Nasser). Cada paisagem seria adequada a um número de atividades, não necessariamente determinadas, mas de acordo com o ambiente ali proporcionado.

- galerias comerciais — os espaços subutilizados passariam por um processo de 'loteamento' — uma subdivisão das lojas originais em módulos menores, de forma a aumentar a flexibilidade de uso, absorvendo tanto pequenos comerciantes, que teriam apenas um *box* para pequenos serviços, quanto outros, de maior porte, que pudessem manter estruturas maiores (vários módulos).
- passeios e esquinas — além de, eventualmente, serem uma continuação das áreas de tratamento paisagístico, guardariam uma série de equipamentos de infra-estrutura que pudessem ser arranjados de forma menos rígida do que as existentes hoje — bancos e jardineiras de pedra. Estruturas móveis e mais leves que pudessem ter sua disposição modificada ou mesmo que pudessem ser retiradas, de acordo com a ocasião.

Por fim, devemos ressaltar que a proposta desenvolvida para a Rua Pernambuco limita-se claramente a uma idéia de potencializar e explorar novas condições de uma urbanidade que se acelera cada vez mais, não buscando soluções complexas — estacionamentos subterrâneos, ruas cobertas, sistemas de segurança, ruas para pedestres etc. — que fossem tentativas de restaurar seu antigo *status*, ou de transpor para a rua o ambiente de um *shopping*. A democratização do espaço e a atração que a rua hoje exerce sobre diversas camadas sociais, de várias regiões da cidade, aliadas à generosidade da infra-estrutura e à flexibilidade de acomodação de usos, conferem-lhe não uma situação de decadência, mas sim um fortalecimento de uma outra centralidade, em uma escala mais ampla.

CONCLUSÃO

Realidades opostas dentro de uma mesma cidade, as ruas Pernambuco e Padre Eustáquio nos permitem vislumbrar não apenas algumas peculiaridades e problemas. Muito além disso, o que nos foi apresentado acabou por revelar uma situação complexa, na qual nos defrontamos com o conflito entre cidade 'real' e 'ideal'. Tais conflitos, longe de extintos, continuarão a orientar os processos de conformação do solo urbano, em um contexto cada vez mais difícil de ser controlado ou mesmo apreendido.



Pensar estratégias de ação nesses locais significou, nesse sentido, uma tentativa de extensão da discussão para o campo mais amplo da metrópole contemporânea. Obviamente, os conceitos aqui explorados não foram suficientes para elucidar a multiplicidade de fatos e contradições presentes no cotidiano da cidade, mas serviram, seguramente, como uma referência para nossas propostas e como um caminho de desenvolvimento de possibilidades até então por nós pouco exploradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 2.ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. Violência, autoritarismo e democracia. **Revista Caramelo**, v.7, 1994.
- COSTA, H. S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, R.L. **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994.
- DUARTE, Alicia. **O espaço infiel: quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade**. Belo Horizonte: Instituto de Geo-Ciências da UFMG, 1997.
- FREITAS, Jeanne Marie. **Perspectivas do planejamento urbano contemporâneo: reflexões a partir do caso de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Instituto de Geo-Ciências da UFMG, 1996.
- JAGUARIBE, Beatriz. **Fins de século**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

- KOOLHAAS, Rem, MAU, Bruce. **Small, medium, large, extra-large**: office for metropolitan architecture. Rotterdam: 010 Publishers, 1995.
- LEFÈBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo : Documentos, 1969.
- MONTE-MÓR, R.L., COSTA, H.S.M. Inovações tecnológicas e novas espacialidades: evidências e tendências recentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ANPOCS, 1996.
- SANTOS, Milton. Entrevista. **Revista Caramelo**, v.7, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. Entrevista. **Revista Caramelo**, v.7, 1994.